

A ESCOLA DOS ANNALES E A REINTERPRETAÇÃO DE FATOS HISTÓRICOS

Rejane Cristine Santana Cunha¹

1 INTRODUÇÃO

Dentro do processo histórico, os estudos da história universal se voltavam para ícones da sociedade cristã ocidental que se delineavam a uma trajetória única, progressiva, elegendo o macho, o branco, o europeu, o burguês como *O MODELO*. A imposição desse padrão na construção identitária causaria a representação afirmativa da cultura ocidental, a qual lutava por uma sociedade homogênea.

A contribuição da história social foi inegavelmente promissora para a quebra dessa representação no imaginário social do mundo ocidental, já que assume o papel de pesquisar e recuperar personagens históricos invisíveis - sem voz, negados em todo seu contexto histórico social.

Segundo Elaine Rocha (2008) em seu artigo *A Captura de Novos Sentidos na História*, a história social assume o papel de estudar e recuperar personagens históricos invisíveis em todo contexto social. Fatores como descolonização, fluxo migratório, genocídios, questões étnico-raciais se inseriram nas discussões interdisciplinares, nas trajetórias e problemas das sociedades emergentes. A historiografia aparece nesse limiar rompendo com os moldes da história universal, uma vez que a manifestação desses *outros* ameaçou a ordem de quem os excluía.

A historiografia tem sido chamada para responder questões específicas das sociedades humanas que, por muito tempo, permaneceram submersas sob o ícone da História Universal e outras

¹ Mestranda em História Regional e Local – UNEB. Orientanda da Prof^a. Dra. Suzana Severs.

E-mail: resantana110@hotmail.com

categorias generalizantes e reducionistas que pretendiam sintetizar a aventura humana na terra (ROCHA, 2008, p. 01).

O interesse pela história social vem se expandindo pelas décadas de 50/60. A busca por pesquisas que abranjam aspectos culturais, em especial, gênero e etnia é crescente. A história de grupos que compõem as minorias tem sido alvo no campo da historiografia.

Na história, o avanço para o social foi estimulado pela influência de dois paradigmas de explicação dominantes: o marxismo, por um lado, e a escola dos Anales, de outro. (...) Com essa inspiração, os historiadores da década de 1960 e 1970 abandonaram os mais tradicionais relatos históricos de líderes políticos e instituições políticas e direcionaram seus interesses para as investigações da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres. (HUNT, 2001, p. 02).

A escola dos Annales a partir de 1970 tornou-se reconhecida e prestigiada internacionalmente através de estudos que só contribuíram para o desempenho da História Social, já que tais estudos propunham a inclusão de uma política que envolvesse tudo que fosse referente ao ser humano, estavam voltados para o lado social e classes marginalizadas, as renegadas pela pesquisa científica histórica, interesses estes que se constituíam como objeto de estudos voltados apenas à sociologia ou antropologia.

Através da história da cultura, encontramos em Thompson uma proposta de desvio da inspiração marxista, onde se rejeita a metáfora de base/superestrutura e surge uma dedicação ao estudo das mediações culturais e morais. “A maneira pela qual essas experiências [de relações produtivas] são manipuladas em termos culturais: incorporadas em tradições, sistemas de valores, idéias e forma institucionais” (THOMPSON, 1998, p. 219).

Embora criticado por muitos seguidores marxistas que o viam como demagogo e idealista, suas reflexões conduzem um número cada vez mais crescente de historiadores a esta área de estudo. A intenção de se aprofundar em uma pesquisa do reconhecimento do *outro* como uma forma de inclusão das culturas negadas em todo contexto histórico – social, numa proposta de revelação do desenvolvimento histórico dos diversos grupos étnicos a partir de suas particularidades e universos próprios.

2 A CONQUISTA DO NOVO MUNDO – DO MASSACRE À ESCRAVIZAÇÃO INDÍGENA

A escola dos Annales só veio contribuir para a nova geração de historiadores, pois através de pesquisas regionais e locais eles reinterpretam fatos, que foram versados dentro de um discurso hegemônico, atribuindo-lhes novos valores e desconstruindo estereótipos herdados pela história universal. É nesta busca de significados que apresentaremos o processo de escravização indígena, fato ignorado pela própria história Universal, mas evidenciado pela historiografia contemporânea, uma vez que estudos sobre a escravidão no Brasil estiveram restritos às comunidades negras africanas, fazendo com que os nossos índios passassem despercebidos neste processo histórico.

Segundo Ferreira Neto (1997) em seu ensaio sobre *Etnia e História* a descoberta do outro se dá a dois fatores: a expansão comercial (Europa Ocidental) pela acumulação de riquezas, dominação, exploração e escravização etnocentrada e excludente. Como também pela degradação do feudalismo pelo processo de expropriação dos indivíduos em seus meios de produção que gerou a sociedade moderna, instaurada numa concepção de liberdade individual e no preenchimento existencial centrado na aquisição de mercadorias. “A descoberta da humanidade do outro é, sem dúvida, como a descoberta da América, um dos acontecimentos mais surpreendentes da história do ocidente.” (NETO, 1997, p. 314).

A descoberta do outro se torna fenômeno social contraditório, partindo para tolerância /intolerância, vivência com a pluralidade e heterogeneidade social; enfim, o processo de aceitação pela diferença. “Fusão da descoberta de si com a descoberta do outro”. (NETO, 1997, p. 316).

Para Elaine Rocha (2008) a manifestação desses *outros* ameaçou a ordem de quem os excluía proporcionando à historiografia, fontes para estudos que estivessem inseridos na micro-história “pesquisadores examinaram documentos sobre o período colonial, situando os índios diante do colonizador e fazendo o exercício da decomposição das imagens dos índios e índias que figuram nos textos de missionários, administradores e viajantes deste período” (ROCHA, 2008 p. 05).

Em *Negros da Terra* (1994), John Monteiro apresenta um quadro histórico da imposição etnocêntrica através do primeiro contato entre colonizador e nativos. Monteiro traça a trajetória de Tibiriçá, chefe Tupiniquim e importante guerreiro que permite a entrada dos Jesuítas em sua aldeia e conversão de sua tribo ao Catolicismo, tornando-se amigo dos Jesuítas, tiveram seu bom reconhecimento diante do branco-colonizador e a “honra” de ser enterrado no interior da modesta igreja de Piratininga (São Paulo) – ritual fúnebre para nobreza do mundo ocidental que já se introduzia no Novo Mundo. Aquilo que parecia uma aliança inofensiva e até salutar logo se mostrou muito nocivo para os índios. As mudanças nos padrões de guerra e as graves crises de autoridade, pontuadas pelos surtos de contágios, conspiraram para debilitar, desorganizar e, finalmente, destruir os Tupiniquim. (MONTEIRO, 1994, p.17).

Para Raminelli (1996) os europeus representaram a América como antítese da Europa, como reino da contrafação, como luta de religiosos e feiticeiros. Os caraíbas (homens brancos) eram considerados “filhos de Deus” abençoados, tinham boas vestes, eram valentes e dominavam mares e pólvora; os nativos eram errantes, fracos, viviam sem roupas e machados, esquecidos por Deus e largados como desgraçados em um território distante sob domínio do mal. A alteridade entre europeus e ameríndios era igualmente marcada pelos vínculos travados com o Bem e o Mal. O cristianismo e mercantilismo seria a salvação dos nativos. Sob a sedução demoníaca os feiticeiros (pajés) enganavam os índios, com isso a colonização seria o fim da miserabilidade. “Os índios constituíam folhas em branco que, em priscas eras, foram anexadas ao império do mal. O desconhecimento da doutrina cristã tornou-os fragilizados frente às artimanhas de Satã. A conversão seria o caminho para o novo mundo alcançar a liberdade.” (RAMINELLI, 1996 p. 116).

A dinâmica interna no Brasil indígena foi profunda na formação da Colônia. Talvez o europeu esperasse encontrar povos submissos que pudessem aceitar esta troca de culturas – de forma impositiva – e que daí surgisse um contexto cultural homogêneo. A subestimação do colonizador no processo de conquista para os povos ameríndios rendeu-lhe conflitos e surpresas ao perceber a resistência de grupos que se opuseram à imposição cultural do ocidente, pois como retrata a própria história os indígenas lutaram em prol de seus costumes e espaço geográfico.

Sem fazer justiça à enorme complexidade das estruturas sociais do Brasil quinhentista, podemos destacar, de forma sintética, alguns elementos

constitutivos dessa dinâmica: o processo de fragmentação e reconstituição dos grupos locais, os papéis de liderança desempenhados pelos chefes e xamãs e, finalmente, a importância fundamental do complexo guerreiro na afirmação da identidade histórica desses grupos (MONTEIRO, 1994, p. 18/19).

A ausência de rei e de uma religião oficial entre as comunidades indígenas despertou no colonizador o desejo de domínio para os povos conquistados, mas para surpresa dos nobres europeus a comunidade indígena vivia entrelaçada aos seus valores e costumes, pois eram guardiões de suas tradições. Nos próprios relatos de viagens de cronistas do século XVI é revelada a preservação das tradições como elemento fundamental na definição da identidade coletiva indígena, como nos é apresentado no discurso do índio Japi - açu.

Bem sei que esse costume é ruim à natureza, e por isso muitas vezes extingui-lo. Mas todos nós, velhos, somos quase iguais e com idênticos poderes; e se acontece um de nós apresentarmos uma proposta, embora seja aprovada por maioria de votos, basta uma opinião desfavorável para fazê-la cair; basta alguém dizer que o costume é antigo e que não convém modificar o que aprendemos dos nossos pais (MONTEIRO, 1994 p.24)

Ainda os Tupis, tupiniquins, comunidades que mantinham acolhidas amistosas com o europeu-colonizador, na primeira metade do século XVI haviam aceitado a presença européia justamente porque esta, até então, não apresentava nenhuma ameaça ostensiva ao bem estar indígena. Conforme Monteiro, encontrava-se entre os principais guerreiros indígenas João Ramalho, português que anos antes tinha se integrado ao grupo de Tibiriçá e se casado com uma de suas filhas, com isso Ramalho fundou outra aldeia que serviria de base para a futura vila portuguesa de Santo André da Borda do Campo, e estava totalmente absorvido pelos hábitos culturais indígenas. (MONTEIRO, 1994, p.30).

Diante desses relatos, entende-se que estas comunidades indígenas não abriam mão de seus valores culturais, mesmo porque estavam arraigados em seus hábitos cotidianos, com isso acabavam também influenciavam o estrangeiro aos seus costumes. Daí se perceber a resistência em permanecer em seus ritos e manifestos culturais e o impacto negativo das investidas por parte do europeu sobre as comunidades nativas. “Nenhuma das estratégias mostrou-se eficiente, devido,

sobretudo, à recusa dos índios em colaborar à altura das expectativas portuguesas” (MONTEIRO, 1944, p.31).

Diante da recusa por parte dos nativos, o processo de conquista entre colonizador-colonizado tornou-se pela força, pelo aldeamento no sistema prisioneiro, índios enjaulados como animais cativos voltados à escravização. A mão-de-obra escrava indígena foi fundamental para a dinâmica interna do Brasil – Colônia e constituiu a riqueza e glória dos paulistas/bandeirantes, pois era a comitiva de linha de frente ao desbravar o sertão, conquistar missões, conduzir o estrangeiro ao caminho das Minas, além de capturar outros índios para o comércio de escravos.

Na memória do povo brasileiro a escravidão esteve restrita a negro-africanos. Entretanto, Monteiro coloca em evidência a trajetória da escravidão indígena além de massacres impiedosos. Retrata a sua importante contribuição ao contexto histórico seiscentista, pois o colonizador europeu era extremamente dependente dos gentios da terra e estes se rebelavam contra esse comércio escravagista. “Se os casos de revoltas coletivas foram relativamente raros, a fuga e o absenteísmo dos cativos manifestaram-se com grande frequência ao longo do período em que vigorava a escravidão indígena.” (MONTEIRO, 1994, p. 181).

Na verdade, havia o jogo de manipulação da Coroa Portuguesa ao enviar índios arredios, os resistentes, que não se deixavam dominar para tribos dos Tapuia, Guarani - considerados como rebeldes por lutarem até a morte, preferindo o extermínio à subserviência ao branco colonizador e que também mantinham seus rituais canibalísticos (no interior do Maranhão), passando a outras comunidades indígenas que não compactuavam com estes rituais de antropofagia – como os tupi – a idéia de que o fracasso e a debilidade econômica aos índios do Maranhão era castigo de Satã por sua prática de vida: canibalismo, promiscuidade, bebedeiras, orgias (RAMINELLI, 1996). Por essas construções imaginárias se estabelecia um clima de ojeriza e conflitos entre os próprios grupos étnicos do Brasil, confirmando a idéia de que eles, na condição de selvagens, estariam inaptos ao convívio social. E os que se rendiam ao cativo, eram levados após momentos de tortura e barbárie para a longa caminhada até São Paulo como mercadorias a serem negociadas. Assim nos é apresentado o relato.

Um destino terrível reservava-se às aldeias que ousassem resistir. Nestes casos, os portugueses entram, matam, queimam e assolam [...] e casos houve em que se queimaram povoações inteiras só para terror e espanto dos que

ficavam vizinhos. A longa caminhada até São Paulo prometia horrores adicionais, como matar os enfermos, os velhos, aleijados e ainda crianças que impedem os pais ou parentes a seguirem a viagem com a pressa e expediência que eles pretendem e procuram às vezes com tanto excesso que chegaram a cortar braços a uns para com eles acoitarem os outros. Outro padre denunciou que os paulistas se comportavam com tanta crueldade que nem me parecem ser cristãos matando as crianças e os velhos que não conseguem caminhar, dando-os de comer a seus cachorros (MONTEIRO, 1994 (p. 73).

O cativo ou plantel de índios era considerado o remédio para pobreza, pois acreditavam que na condição de cativos teriam condições de melhor sobrevivência- já que a miséria assolava no interior do sertão. Seria interessante o contato com o branco civilizado porque assim teriam a oportunidade de serem catequizados, abandonando a vida de gentios pagãos e tornando-se cristãos civilizados.

A noção de civilizar, como sendo a absorção dos homens por uma organização social, já era conhecida, baseava-se em *civis* e *civitas* e seu âmbito se expressava no adjetivo civil, indicando ordenado, educado, cortês. (...) Mas civilização deveria significar mais do que isso. Expressava dois sentidos que estavam historicamente unidos: um Estado realizado, que se podia contrastar com a “barbárie”, mas também agora um estado realizado de desenvolvimento, que implicava processo histórico e progresso. Foi essa a nova racionalidade histórica do Iluminismo, combinada de fato com uma celebração que se auto - referia de uma condição realizada de refinamento e ordem (WILLIAMS, 1979, p.19)

Este processo de escravização era também estimulado pela própria Ordem dos Carmelitas para o fornecimento de mantimentos e dinheiro aos índios sertanistas, a fim de que adentrassem os sertões dos bárbaros, na captura de novos escravos indígenas. Uma vez que os gentios da terra serviam até mesmo como dotes para os jovens colonos na conquista de mais escravos para a mão-de-obra e propriedade do colonizador. A utilidade do indígena para esta missão dava-se pelo domínio dos nativos a lugares ermos do sertão. A missão dos bandeirantes paulistas foi marcada por um massacre impiedoso no processo de conquista, a ambição pela posse de terras e de riquezas ofertados pelo Novo Mundo forçava estes jovens bandeirantes a se apossarem apenas dos nativos que

lhe apresentassem algum tipo de utilidade, que fossem rentável para a sua prosperidade, o que reforça da idéia da sociedade moderna *UTILITARISTA*.

Isto ocorre na medida em que a lógica utilitarista imposta à vida estabelece poucos limites como sagrados e se alimenta precisamente da ambição do “ter” que, livrando o indivíduo do comunitarismo rural, é vivenciada principalmente em função de satisfações individuais nem sempre totais ou facilmente controláveis e programáveis (NETO, 1997, p. 316).

Mesmo assim, como defende Ferreira Neto, a interação cultural foi inevitável entre estes povos. Mesmo com o sentimento de superioridade do Colonizador frente ao novo contexto social, a absorção de hábitos culturais praticados pelos nativos foi inevitável e foi a garantia da produção agrícola para sertanistas paulistas. Mesmo sem valorizá-los, o conhecimento empírico dos nativos na agricultura e mineração foi relevante para o acúmulo de bens do branco – colonizador.

Em *Ciladas da Diferença* (2000) Pierucci propõe reflexões entre diferença / igualdade, o direito de ser diferente, a insistente proposta de direito pela luta de igualdade quando na realidade não nascemos iguais, muito menos temos as mesmas oportunidades.

De fato a diferença, incontestavelmente, sempre existiu e as categorias minoritárias que as compunham não foram vistas, analisadas, interpretadas, muito menos reconhecidas pela História Universal. Não houve espaço para o reconhecimento da mão-de-obra escrava indígena a sua importante contribuição para o desenvolvimento sertanista dos Bandeirantes – a representação de luta, trabalho, coragem e heroísmo se voltaram apenas para o colonizador. Enfim, sucesso do desenvolvimento, desbravamento e conquistas estiveram voltados para o macho do ocidente.

Por tudo isso, a escola dos Annales foi fundamental para se repensar a própria história, pelo fato de priorizar a busca de significados presentes na contemporaneidade, fazendo com que esta nova safra de historiadores seja sensível aos sinais detectados em textos, relatos, depoimentos. Contribuindo de forma significativa para personagens que fizeram a nossa história, mas passaram despercebidos por ela; que atuaram apenas como os coadjuvantes desse processo histórico e através desse novo olhar ascenderam-se a protagonistas da mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MONTEIRO, Jonh Manuel. **Negros da Terra – índios de bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NETO, Edgard Ferreira. **História e Etnia in Domínios da história**: ensaios da teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

PIERUCCI, Antonio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: USP. Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 1999.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização – a representação do índio de Caminha a Vieira**. São Paulo: Edusp/ FAPESP/ Jorge Zahar, 1996.

ROCHA, Elaine. **A captura de Novos Sentidos na história – gênero e etnia**. www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol.04_atg6.htm/22/10/2008.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MONTEIRO, Jonh Manuel. **Negros da Terra – índios de bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.